

# A dois meses do verão, Nordeste ainda não tem planejamento para combater Aedes

*Nem mesmo o surto de zika, na estação passada, parece ter servido de lição. Especialistas dizem que o vilão da vez será a chikungunya*

[\(CBN, 22/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

A menos de dois meses do verão, o Nordeste ainda padece da falta de planejamento para o combate às epidemias transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Nem mesmo o surto de zika, na última temporada de calor, parece ter servido de lição. E para 2017, o cenário de crise pode se intensificar com uma nova vilã: a chikungunya. Segundo especialistas, o combate ao mosquito transmissor ainda é ineficaz, e a população ainda é majoritariamente virgem, em termos imunológicos, a esse vírus. No estado de Pernambuco, que decretou emergência para o mosquito no verão passado, a Secretaria de Saúde ainda não consolidou um plano específico para a estação de maior propagação do *Aedes*. O órgão citou apenas um programa lançado há um ano - que repassou R\$ 25 milhões às ações de combate. A gerente do programa de vigilância às arboviroses, Claudenice Pontes, alega que as iniciativas de controle estão a cargo dos municípios - que ainda estão envolvidos no processo eleitoral:

“Realmente é preocupante esse período. É um período que, em alguns municípios, o futuro ainda não foi definido. Alguns vão continuar e outros estão com transição. O que o estado está preparando é uma capacitação para que essas novas equipes que vão entrar com a mudança dos gestores façam um monitoramento antes que a epidemia se instale”, diz.

Na Paraíba, outro estado que decretou emergência no ano passado, também não houve detalhes sobre o orçamento. O mesmo acontece na Bahia. Lá, a Secretaria de Saúde disse apenas que recebeu, neste ano, R\$ 13 milhões de reais da União - que também foram usados em ações contra tuberculose,

hanseníase e tracoma. Foi na Bahia, inclusive, que, no ano passado, o município de Feira de Santana viveu uma epidemia da febre Chikungunya. Para o próximo ano, há um consenso entre especialistas de que esse vírus deve se espalhar, inclusive, para outras regiões do Brasil, como explica a técnica da vigilância epidemiológica do município, Maricelia Maia:

“A tendência de dispersão do vírus chikungunya agora é grande. Vai chegar agora no final de 2016, início de 2017, nas outras regiões que ainda não estavam circulando o vírus. Então, Ceará, Pernambuco, Paraíba, em todo o Nordeste, o chikungunya já chegou. Região Sul e Sudeste, isso vai tomar o país inteiro.”

O infectologista e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz Rivaldo Venâncio alerta que, somada à falta de preparo de estados e municípios, a nova epidemia pode ter um efeito explosivo nas redes de saúde:

“A chikungunya, assim como a zika, é de introdução relativamente recente no Brasil. Esses doentes tendem a fazer quadros crônicos. Tem uma parcela razoável de doentes que ficam de seis a oito meses com as manifestações clínicas da doença. Esse doente, quase que semanalmente, ele retorna às unidades de saúde. Isso sobrecarrega”, observa.

O autônomo Jairo Brito pagou o alto preço da falta de preparação para combater o mosquito. Natural de Salvador, ele já infectado com dengue, zika e chikungunya, e até hoje sofre com sequelas das doenças:

“Eu já tive a dengue e no ano passado eu tive a zika e a chikungunya. A dengue é a febre altíssima, dor de cabeça que dá aquela sensação de enchaqueca muito grande. A zika e a chikungunya são bem parecidas. A nossa articulação ficam muito prejudicadas e até hoje eu sofro algumas influências”, relata.

Os grandes centros do país também não dão aula de planejamento. Apenas Minas Gerais informou que conta com um montante de R\$ 22 milhões para ações emergenciais, além dos R\$ 59 milhões investidos durante o ano. São Paulo citou apenas os R\$ 50 milhões já empregados em 2016 e argumentou que apoia uma série de mutirões de combate ao mosquito. No Rio, foram

utilizados R\$ 12 milhões. O estado admitiu o temor com a chikungunya e disse que monitora semanalmente a situação. Os valores usados nessas ações normalmente são repassados pelo Ministério da Saúde. O emprego dessas verbas entrou na mira da Controladoria Geral da União. Em um recente relatório, o órgão verificou que, em 16 estados, o dinheiro não foi aplicado adequadamente, entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2016. Para 2017, o governo federal planeja ampliar o investimento em 23%. O valor deve passar de R\$ 1,87 bilhão para R\$ 2,3 bilhões.